

ATLASINTEL

Rafael Greca é o sétimo no ranking de aprovação dos prefeitos de capitais

Prefeito de Curitiba soma 73% de aprovação; lista é liderada pelo prefeito de Recife, João Campos, com 81%

Redação Bem Paraná

A AtlasIntel divulgou o mais recente ranking de aprovação dos prefeitos das capitais brasileiras. O prefeito de Curitiba, Rafael Greca (PSD) aparece na sétima colocação no ranking com 73% de aprovação e 22% de desaprovação. De acordo com a sondagem, 5% não souberam responder. Foram coletados 14295 questionários em todo território nacional entre 18 e 31 de dezembro.

O ranking é liderado pelo prefeito de Recife, João Campos, que tem 81% de aprovação. Nos estados do Sul, Topázio Neto, de Florianópolis, tem 75% de aprovação, e Sebastião Melo, de Porto Alegre, tem 49%.



Jonathan Campos/AEN

Greca: em alta na pesquisa

A aprovação de Greca na AtlasIntel é bem semelhante ao índice de aprovação da sondagem da Paraná Pesquisas, divulgada em 14 de dezembro do ano passado. De acordo com a Paraná Pesquisas, Greca tinha 73,1% da apro-

vação dos curitibanos. O índice é 2,5 ponto porcentual maior que o obtido pelo prefeito dois meses atrás. Segundo a pesquisa, o índice de moradores da cidade que reprovam Greca é de 24,4%. O levantamento entrevistou 825 eleitores do município de Curitiba, com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2023. Os entrevistados avaliaram o governo em ótimo, bom, regular, ruim e péssimo e aprovam ou reprovam a administração atual.

Não pode concorrer – No segundo mandato como prefeito de Curitiba, Greca não poderá se candidatar à reeleição no pleito de outubro de 2024. Ele apoia a pré-candidatura de seu vice, Eduardo Pimentel (PSD)

TOP 10

O ranking do instituto Atlas Intel, de prefeitos das capitais no Brasil, finalizado em 2023

Posição	Prefeito	Cidade	%
1ª	João Campos	Recife	81
2ª	Arthur Henrique	Boa Vista	80
3ª	David Almeida	Manaus	79
4ª	Antônio Furlan	Macapá	78
5ª	Topázio Neto	Florianópolis	75
6ª	Álvaro Dias	Natal	74
7ª	Rafael Greca	Curitiba	73
8ª	Hildon Chaves	Porto Velho	71
9ª	Lorenzo Pazolini	Vitória	68
10ª	Bruno Reis	Salvador	59

RECURSOS

Repasse constitucionais às prefeituras do PR somam R\$ 1,23 bilhão em dezembro

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Fazenda, repassou aos municípios paranaenses R\$ 1,23 bilhão referente a transferências constitucionais no mês de dezembro. Em termos nominais, o montante foi 73% superior ao mesmo mês de 2022, quando haviam sido repassados R\$ 708 milhões.

A diferença se explica pelo adiantamento das compensações por perdas arrecada-

datórias com o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que inicialmente estavam previstas para 2024. Em junho do ano passado, um acordo estabelecido entre o governo federal e os estados determinou que o Paraná deverá receber um total de R\$ 1,83 bilhão como compensação parcial pela queda na arrecadação decorrente das Leis Complementares 192 e 194 de 2021.

ARMAS

Exército retoma a autorização de CACs, após 1 ano de suspensão

O Exército vai voltar a emitir, a partir deste mês, autorizações para colecionadores de armas, atiradores desportivos e caçadores (CACs). Os novos registros estavam suspensos desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva por decreto que reverteu a política armamentista da gestão de Jair Bolsonaro (PL).

A retomada da emissão dos chamados Certificados de Registro foi expressa em

um comunicado e em uma portaria do Exército, publicados no fim de dezembro. A nova regulamentação era aguardada pelo mercado de armas desde julho.

A portaria traz uma série de especificações sobre o acesso de civis aos chamados produtos controlados. Uma das principais mudanças é referente ao prazo de validade dos CRs. Com Bolsonaro, ele era de dez anos. Agora, será de três anos.

BATE-BOCA

Conib diz que Gleisi usa jargão clássico do antissemitismo e presidente do PT reage

A presidente nacional do PT e deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) e a Confederação Israelita do Brasil (Conib) trocaram farpas públicas nos últimos dias por conta de uma ação da entidade contra um jornalista. Após ser apontada como responsável pelo urso de “jargão clássico do antissemitismo”, a parlamentar disse em seu perfil no X (antigo Twitter) que a confederação “não tolera as críticas ao governo de ultradireita de

Israel”, se referindo ao primeiro-ministro Binyamin Netanyahu.

Gleisi afirmou ontem que a entidade a acusa injustamente de preconceito e antissemitismo. No último 31 de dezembro, a Conib disse que a parlamentar “insiste em defender” o jornalista Brenno Altmann, e acusa a confederação de ter “dupla lealdade”, o que a entidade aponta como “jargão clássico do antissemitismo”.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

zuk

Credora Fiduciária: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA
Fiduciante: CARLOS ROMEU CASELLA ANZOATEGUI • Devedora: CRISTHYANE KLODZINSKI

LOTE 01 - Casa situada na rua Germano Becker nº 264, na Cidade de Curitiba/PR, unidade nº 08 do Conjunto Residencial Germano Becker, com a área construída exclusiva de 61,67m², e área construída correspondente ou global de 76,90m², com a fração ideal do solo de 114,00m², %7,60, área de uso comum de 24,67m², estando o condomínio edificado no terreno com área de 1.500,00m², resultante da unificação dos lotes nºs 15, 16 e 17 da quadra nº 291 da Planta Vila Bairro Alto, medindo 30,00 metros de frente para a rua Rio Pelotas, pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel, confronta com a rua Germano Becker, onde faz esquina, mede 50,00 metros pelo lado esquerdo mede 50,00 metros e confronta com o lote nº 18, e na linha de fundos mede 30,00 metros e confronta com o lote nº 14, da mesma planta. Imóvel objeto da matrícula nº 63.757 do Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição de Curitiba/PR. Observação: Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. 3. **Datas e valores dos leilões: > 1º Leilão: 09/01/2024, às 14:00 h. Lance mínimo: R\$ 340.438,79 (trezentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e nove centavos). > 2º Leilão: 16/01/2024, às 14:00 h. Lance mínimo: R\$ 202.503,53 (duzentos e dois mil, quinhentos e três reais e cinquenta centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL

Avenida Cândido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br

FALE CONOSCO

Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674) Ivan Santos
Geral (3350-6668) Mario Akira
Economia (3350-6668) Mario Akira
Diversão e Arte (3350-6651) Josianne Ritz
Esportes (3350-6677) Silvio Rauth Filho
Fotografia (3350-6679) Franklin de Freitas

REPRESENTANTE

PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr. - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

Fundador ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)

RODRIGO BARROZO
Diretor

RONEY RODRIGUES
PEREIRA
Superintendente

JOSIANNE RITZ
Chefe de Redação

LYCIO VELLOZO RIBAS
Secretário de Redação

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
41 33506600

THC - Triunfo Holding de Construções Ltda. - em Recuperação Judicial CNPJ: 08.401.409/0001-21

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	7	898	11.507
Contas a receber	6	-	491.493	369.902
Adiantamento a fornecedores	7	-	107.674	41.536
Impostos a recuperar	7	-	107.674	44.538
Contas a receber - partes relacionadas	8	38.932	29.045	2
Outros créditos	9	6	115	6.301
Total do ativo circulante	38.945	30.058	656.105	470.102
Não circulante				
Bens imóveis destinados a venda	-	-	1.642	1.642
Contas a receber de clientes	6	-	241.787	402.170
Resultado de consórcios ativos	10	-	53.555	47.844
Contas a receber - partes relacionadas	8	187.548	185.859	261.673
Depósitos judiciais	9	-	297	19.753
Outros créditos	9	78.600	85.968	79.958
Investimento em controladas e equiparadas	11	657.596	690.764	648
Propriedade para investimentos	12	-	-	7.603
Imobilizado	13	19	1	225.085
Intangível	14	1	1	29.886
Total do ativo não circulante	923.764	962.890	920.336	1.387.434
Total do ativo	962.709	992.948	1.576.441	1.857.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	23	-	-	245.847	202.875
Custos dos serviços prestados:	24	-	-	(206.753)	(211.716)
Custos dos serviços prestados		-	-	(14.386)	(8.020)
Depreciação do imobilizado		-	-	(7.959)	(3.137)
Depreciação da reserva de reavaliação		-	-	(3.991)	(3.137)
Depreciação de consórcios		-	-	(4)	(7)
Custos dos consórcios		-	-	(14.809)	(13.029)
Prejuízo bruto		-	-	(232.816)	(235.908)
Receitas (Despesas) operacionais:	25	(4.927)	(3.941)	(46.080)	(36.126)
Despesas gerais e administrativas		-	-	(238)	(610)
Remuneração dos administradores		-	-	(18.740)	(23.135)
Despesas tributárias		-	-	-	13.414
Reversão de despesas tributárias		-	-	(1.669)	(1.758)
Depreciação do imobilizado		(2)	-	(20)	(33)
Amortização do intangível		-	-	(637)	(106)
Despesas de consórcios		-	-	(4)	(11)
Resultado de equivalência patrimonial		(35.749)	19.853	(30.550)	99.067
Outras receitas (despesas) operacionais		(4)	-	(52)	13.380
Outras receitas (despesas) consórcio		-	-	(97.990)	64.294
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(40.682)	15.912	(84.759)	31.261
Resultado financeiro:	27	(31)	(141)	(433)	(11.346)
Resultado financeiro		-	-	(433)	(661)
Resultado financeiro de consórcios		(31)	(141)	(10.873)	(11.307)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.713)	15.771	(95.432)	19.354
Imposto de renda e contribuição social:	28	-	-	(739)	(586)
Correntes		-	-	(68.613)	-
Diferidos		-	-	67.874	(586)
Lucro / (prejuízo) do exercício		(40.713)	15.771	(27.558)	18.768
Atribuível aos:		-	-	(40.713)	15.771
Proprietários da controladora		-	-	13.155	2.997
Participações de não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício atribuível aos proprietários da controladora	(40.713)	15.771	(40.713)	15.771
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(44.705)	-
Depreciação do imobilizado	2	1	12.742	12.962
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	95	3.461
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	15.314	(7.299)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-	-	(2.648)	(1.012)
Contratos de construção	-	-	(49.437)	(6.464)
Resultado de equivalência patrimonial	35.749	(19.853)	4	11
Outras receitas	-	-	(37.244)	(25.612)
Participação de acionistas não controladores	-	-	13.155	2.997
Outras despesas com imobilizado sem reflexo no caixa	-	-	206	57
Aumento/diminuição dos ativos:				
Contas a receber	-	-	74.757	(24.020)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	-	-	273.141	(129.347)
Impostos a recuperar	-	-	11	(18.432)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	6.862	(6.345)
Outros valores a receber	7.774	36	7.974	5.296
Aumento/diminuição dos passivos:				
Fornecedores	13	(2)	(8.735)	2.119
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-	-	(226.364)	140.786
Obrigações sociais e trabalhistas	(15)	33	15.720	764
Impostos, taxas e contribuições	(46)	(22)	10.748	16.707
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(3.686)	(31.260)	(3.456)	(8.683)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(922)	(35.287)	(1.016)	(7.108)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Investimentos/Aquisições em controladas e coligadas	(445)	34.071	(445)	34.071
Aquisição de bens do imobilizado	(20)	-	(312)	(685)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(465)	34.071	(757)	33.386
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	(12.538)	(16.944)	(12.538)	(16.944)
Reccebimentos para empresas ligadas, operações não comerciais	13.034	16.838	14.313	18.060
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	43.750	48.759
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(39.298)	(79.413)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	496	(106)	6.227	(29.538)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(891)	(1.320)	4.454	(3.260)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	898	2.218	11.507	14.767
No fim do exercício	7	898	15.961	11.507
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(891)	(1.320)	4.454	(3.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro / prejuízo do exercício	(40.713)	15.771	(27.558)	18.768
Resultados abrangentes:				
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	(40.713)	15.771	(27.558)	18.768
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(40.713)	15.771	(40.713)	15.771
Acionistas não controladores	-	-	13.155	2.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação da Empresa

A THC - Triunfo Holding de Construções Ltda. - em Recuperação Judicial ("THC" ou "Empresa"), constituída em 26 de outubro de 2006, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades de direito privado, com o propósito de atuar em setores estratégicos e de infraestrutura. A partir de 2015 em decorrência do aumento de participação na Companhia IT Sistemas Construtivos S.A. a THC passou a deter o controle das operações. Diante do ocorrido - assunção de controle - as informações da Companhia IT Sistemas Construtivos S.A. passaram a ser consolidadas conforme descrito no CPC 36 - Demonstrações consolidadas. A Empresa possui os seguintes investimentos:

- **Construtora Triunfo S.A. - em Recuperação Judicial**
A Construtora Triunfo S.A. - em Recuperação Judicial foi criada no estado do Paraná, no final da década de 70 e é uma das mais tradicionais construtoras no segmento de infraestrutura do Brasil. Possui capacitação tecnológica e humana diversificada para realizar obras de diferentes naturezas.

A controlada, Construtora Triunfo, tem por objeto social as atividades de montagem eletromecânica e de construção civil em geral, atuando como construtora, monitoradora, coordenadora e/ou supervisora, na execução por Administração, empreitada, subempreitada, concessionária, permissionária e demais modalidades de contratação.

- **TIISA - Triunfo Infraestrutura e Investimentos S.A. - em Recuperação Judicial**
Constituída em 09 de dezembro de 2008 tem por objeto social as seguintes atividades: (a) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica incluindo fornecimento; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza; (c) concessões de serviços públicos; (d) montagens eletromecânicas; (e) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações; (f) fiscalização de execução de obras rodoviárias e metro ferroviárias; (g) manutenção de material rodante;

(h) projeto, construção e fornecimento de sistemas metro ferroviários, incluindo fornecimento de equipamentos, peças e afins; e (i) projeto e construção de sistemas aéreos portuários;

A TIISA poderá participar de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou Sociedade em Conta de Participação - SCP e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista; e (d) aplicação de sistemas construtivos de diversas naturezas e finalidades, bem como incorporação imobiliária e afins.

Devido às condições desfavoráveis do mercado em que atua e a inviabilidade da continuidade das suas operações, a IT Sistemas Construtivos S.A. paralisou suas atividades em agosto de 2016. A Administração está em andamento com estudos de mercado para definir a manutenção e/ou venda do investimento.

1.2 Situação econômica e financeira

Em 28 de junho de 2020 o Plano de Recuperação Judicial formulado perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR (Processo autuado sob nº 0007743-09.2019.8.16.0185). O pedido foi formulado pela THC em conjunto com suas controladas, a Construtora Triunfo S.A., TIISA Infraestrutura e Investimentos S.A. e IT - Sistemas Construtivos S.A. (unidades denominadas Recuperandas).

A Assembleia Geral de Credores conforme artigo 35 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação das Falências - "LRF"), foi instalada no dia 05.12.2019 ("AGC") em segunda convocação, onde os credores votaram e aprovaram por ampla maioria o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, tendo sido substancialmente superados os percentuais mínimos legais estabelecidos no artigo 45 da "LRF".

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Fornecedores	53	40	48.747	59.763
Empréstimos e financiamentos	15	-	28.000	14.386
Salários, províões e contribuições sociais	48	63	88.767	73.048
Impostos, taxas e contribuições	16	124	97	307.968
Adiantamento de clientes	17	-	2.983	2.154
Dividendos propostos	8	986	3.039	986
Contas a pagar - partes relacionadas	8	94.906	88.413	3.039
Contratos de aquisição de ativos	18	-	-	6.093
Obrigações recuperação judicial	19	-	43.398	43.960
Outros débitos	9	703	4.294	18.622
Total do passivo circulante	97.075	98.448	524.243	431.924
Não circulante				
Fornecedores	-	-	7.628	5.347
Empréstimos e financiamentos	15	-	2.976	3.919
Impostos, taxas e contribuições	16	208	58.272	137.539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	12.947	12.947	44.279
Contas a pagar - partes relacionadas	8	276.397	270.818	78.178
Resultado de consórcios paralisados	10,1	-	63.008	61.157
Provisão sobre PL negativo de controladas	11	18.719	18.274	-
Adiantamento de clientes	17	-	85.730	71.431
Contrato de construção	20	-	31.510	49.437
Provisões para contingências	21	-	-	33.813
Obrigações recuperação judicial	19	31.796	132.093	151.027
Outros débitos	-	-	1.335	24.023
Total do passivo não circulante	353.633	343.922	525.560	873.479
Total do passivo e do patrimônio líquido	962.709	992.948	1.576.441	1.857.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de retenução de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados abrangentes		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladores	Patrimônio líquido consolidado
				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	43.357	359.561	64.349	(1.230)	63.119	466.037	65.237	531.274
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(6.122)	-	(6.122)	6.122	-	-
Realização de IR e CS diferidos	-	-	2.081	-	2.081	-	-	2.081
Ajuste de conversão/investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	15.771	15.771	2.997	18.768
Utilização da reserva de retenção de lucros	-	21.893	-	-	(21.893)	-	-	-
Outras transações de não controladores	-	66.689	-	-	-	66.689	(66.679)	10
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.357	448.143	60.308	(1.230)	59.078	550.578	1.555	552.133
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(6.282)	-	(6.282)	6.282	-	-
Realização de IR e CS diferidos	-	-	2.136	-	2.136	-	-	2.135
Lucro ou prejuízo do exercício	-	-	-	-	(40.713)	(40.713)	13.155	(27.558)
Utilização da reserva de retenção de lucros	-	(34.431)	-	-	34.431	-	(73)	(73)</

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
 As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
 O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado para determinar o valor de mercado do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Impostos
 A Empresa e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa e de suas controladas.

c) Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e sobre o ajuste de avaliação patrimonial.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

d) Valor Justo de instrumentos financeiros
 O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Empresa e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revistas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	-	45	3.899	5.438
Aplicações financeiras	7	853	12.062	6.069
		7	11.507	11.507

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

6. Contas a receber

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Faturas a receber e notas de débito com consórcios	66.329	48.331		
Serviços executados a fatturar	31.419	22.516		
Direitos creditórios (Nota explicativa 6.1)	598.160	662.825		
Outras contas a receber (a)	37.372	38.800		
	733.280	772.072		

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Ativo circulante	491.493	369.902		
Ativo não circulante	241.787	402.170		

(a) Referem-se a montantes de: i) R\$ 36.000 junto ao DNT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Estado do Mato Grosso, suportado por laudo pericial e ação judicial, em fase de reexame necessário, cujo valor atualizado foi apurado com base em laudo pericial concluído em Nov/2011. Tal valor decorre de pleito por realização de obra para o extinto DNER do Mato Grosso, contrato nº 066/89/00/00, em razão do atraso de pagamento (juros e correção monetária) e custos decorrentes de mobilizações e desmobilizações extraordinárias não contempladas na proposta comercial. Os consultores jurídicos responsáveis pelo processo entendem que a chance de reversão da decisão de procedência de Primeira Instância é remota e que o julgamento do reexame necessário, que deverá definir a sentença a qual, deverá ocorrer no ano de 2.024 e ii) R\$ 37.372 referente a cessão de direitos creditórios de valores pagos pela TISA relativos a débitos de responsabilidade do Grupo IESAINEPAR cujo os valores estão em processo de cobrança com avançadas negociações e previsão para recebimento no segundo semestre de 2.023.

6.1. Direitos creditórios
 As controladas CTSA e TISA mantêm direitos creditórios registrados contabilmente nos montantes de R\$462.951 e R\$135.209, líquidos de provisão para redução a valor de mercado, respectivamente, decorrentes de ações judiciais junto a órgãos públicos, referentes aos serviços efetivamente executados, conforme cláusulas dos contratos celebrados com esses órgãos, onde existem ações movidas pelas controladas para garantir o direito de recebimento desses serviços, com as devidas atualizações previstas contratualmente pela falta de pagamento dos serviços por alguns órgãos públicos.
 Com base no parecer jurídico de assessores das Empresas controladas, o montante de R\$598.160 (R\$662.825 em 31.12.2021), é considerado líquido de efeitos tributários, visto que as ações são caracterizadas como danos emergentes correspondentes a recomposição do patrimônio perdido em decorrência de prejuízos causados pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte de órgãos governamentais e, dessa forma, não sofre incidência tributária enquanto não recebido.

7. Impostos e contribuições a compensar

Processo	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2022
TIISA:		
CPTM - P0 0 Linha A - 2ª arbitragem	4.971 (4.971)	-
VALEC - FNS Lote 15	14.550	14.550
METRO - Monotrilho Linha 15	24.858	43.866
GDF - Complexo Penitenciário Papuda	8.093	(8.093)
Consórcio TIISA/COMSA Linha 4 amarela	18.246	-
CTPM linha 13	-	28.799
VALEC - FIOL Lote 7	-	21.482
VALEC - FIOL Lote 5	26.512	26.512
CTSA:		
Obras já executadas (i)	530.516	396.611
Consórcios (ii)	34.879	31.461
Total Consolidado	662.625 (23.217)	441.248 (598.160)

(i) Os direitos creditórios referentes às obras já executadas versam sobre recomposição patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e diferenças contratuais. Em 2022 a controlada CTSA reconheceu a ação indenizatória no montante de R\$1.041, baixas de R\$161.622 e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$13.324.

(ii) A controlada CTSA participa em consórcios os quais também pleiteiam reequilíbrio contratual, portanto, não reconhecendo no seu ativo sua participação nestes processos. Em 2022 houve principalmente o reconhecimento da ação indenizatória no montante de R\$31.461.

Os direitos creditórios referentes às obras já executadas versam sobre recomposição patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e diferenças contratuais. A Empresa participa em consórcios os quais pleiteiam reequilíbrio contratual, portanto, reconheceu no seu ativo sua participação nestes processos.

8. Transações com partes relacionadas

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	23.054	26.819	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.918	9.612	-	-
Programa de Integração Social - PIS	1	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3	-	-	-
Demais impostos a compensar	8.769	8.107	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos (i)	65.931	-	-	-
	107.676	44.538	-	-

(i) Trata-se da constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social acumulados em 31/12/2021. Considerando a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para abater o valor da dívida consolidada no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, a Empresa aplicou a alíquota de 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL), que serão utilizados no Programa de retomada fiscal regulamentado pela Portaria PGFN nº 11.496/2021. Em 28/11/2022 foi protocolado o Acordo de Transação Individual e aguarda o deferimento pela PGFN.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Empresa. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a pagar:				
CTSA (i)	-	330.196	-	334.061
TISA RJ (iv)	-	28.585	-	19.441
TIISA	-	4.258	-	-
Valores a receber:				
CTSA RJ (iv)	38.789	-	28.906	-
IT Sistemas RJ (iv)	143	-	139	-
IT Sistemas	35.386	-	34.113	-
Adelfa	191	-	93	-
Outros:				
Quotistas (ii)	-	4.094	-	117
THP (iii)	151.971	-	147.559	-
Outros	-	8.264	-	5.612
	226.480	371.303	214.904	359.231
Parcela do circulante	38.932	94.906	29.045	88.413
Parcela do não circulante	187.548	276.397	185.859	270.818

(i) A THC mantém com sua controlada integral Construtora Triunfo um conta corrente com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver as atividades dos objetos sociais da Empresa e de suas controladas.

(ii) Os mútuos referentes às operações da controladora com seus quotistas foram firmados sem previsão para incidência de

juros remuneratórios (iii) Mútuos referentes à THP sem previsão para incidência de juros remuneratórios. (iv) A Administração do grupo econômico decidiu unificar o caixa das empresas recuperandas para coordenar as entradas e saídas de recursos que deverão ser utilizados no pagamento dos credores concursais. O instituto jurídico de conta corrente empregado a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial é composto conforme tabela abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Construtora Triunfo S.A. (CTSA)	38.789	28.906	-	-
TIISA Infraestrutura e Investimentos S.A.	143	139	28.585	19.441
IT Sistemas Construtivos S.A.	38.932	29.045	28.585	19.441

	Consolidado		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber:				
THP (CTSA)	-	-	1.208	-
Adelfa	191	-	93	-
IT Sistemas (Adelfa)	-	-	2	-
Valores a pagar:				
Neco e Triunfo Constr.	-	-	59	-
Outros:				
Participação direta (TIISA)	-	-	116	-
Participação indireta (TIISA) (i)	44.863	-	339.964	284.851
Participação direta (CTSA)	64.648	78.178	57.892	28.272
Quotistas	-	-	4.094	352
THP	151.971	-	147.559	-
	261.673	78.178	550.812	313.650

Parcela do circulante
 Parcela do não circulante

	261.673	78.178	550.812	313.650
--	---------	--------	---------	---------

(i) Os valores a receber e a pagar com consórcios e SCP referem-se à participação da Companhia nas obras administradas em conjunto e foram escrituradas conforme o percentual de participação em cada empreendimento.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compasa do Brasil	8.361	8.361	8.361	8.361
ECD Participações S.A.	1.419	5.219	1.419	5.219
MSV Holding de Participações S.A. (a)	68.620	68.620	68.620	68.620
TCE Engenharia Ltda.	-	3.600	-	3.568
Outros créditos a receber	206	283	7.859	6.111
	78.606	86.083	86.259	91.879

Parcela do circulante
 Parcela do não circulante

	6	115	6.301	2.617
	78.600	85.968	79.958	89.262

(a) Valor referente a venda de participação societária da THC Triunfo Holding de Construções Ltda. na TCE Engenharia Ltda. para ECD Participações e Investimentos Ltda., através de contrato particular de compra e venda, cessão e transferência. Em 29 de maio de 2020 a ECD cedeu e transferiu, por alienação, 68.620 quotas de sua participação do capital social da TCE, para a MSV Holding Participações Ltda. - pelo valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real) cada. A ECD e MSV são empresas cujos cotistas principais são sócios do grupo Triunfo. A Administração, junto com os seus assessores jurídicos, considera o valor registrado como líquido, certo e realizável, conforme os termos do contrato.

10. Resultado de Consórcios Ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	8.361	8.361	8.361	8.361
Ativo circulante	-	-	-	-
Não circulante	8.361	8.361	8.361	8.361
Total do Ativo	8.361	8.361	8.361	8.361

Parcela do circulante
 Parcela do não circulante

	6	115	6.301	2.617
	78.600	85.968	79.958	89.262

(a) Valor referente a venda de participação societária da THC Triunfo Holding de Construções Ltda. na TCE Engenharia Ltda. para ECD Participações e Investimentos Ltda., através de contrato particular de compra e venda, cessão e transferência. Em 29 de maio de 2020 a ECD cedeu e transferiu, por alienação, 68.620 quotas de sua participação do capital social da TCE, para a MSV Holding Participações Ltda. - pelo valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real) cada. A ECD e MSV são empresas cujos cotistas principais são sócios do grupo Triunfo. A Administração, junto com os seus assessores jurídicos, considera o valor registrado como líquido, certo e realizável, conforme os termos do contrato.

10.1 Resultado de Consórcios Paralisados

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Operações ativas			Operações	Total
Operações passivas	(345.479)	(63.008)	Operações ativas	Operações passivas
	282.471	(345.479)	330.157	(391.314)
			(61.157)	

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Ativo	8.361	8.361	23.507	15.747
Ativo circulante	-	-	90.504	17.324
Não circulante	8.361	8.361	114.011	87.071
Total do Ativo	8.361	8.361	214.518	130.142

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Passivo	-	-	38.136	25.987
Passivo circulante	-	-	22.320	13.240
Não circulante	-	-	60.456	39.227
Total do Passivo	-	-	98.592	65.214

Ativo (-) Passivo

	53.555	47.844
--	--------	--------

11. Investimentos

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021		
Operações passivas	(345.479)	(63.008)	Operações ativas	Operações passivas
	282.471	(345.479)	330.157	(391.314)
			(61.157)	

Passivo não circulante

	282.471	(345.479)	(63.008)	330.157
			(391.314)	(61.157)

a) Investimentos permanentes

Investimentos	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em	
				31/12/22	31/12/21
CTSA	507.628	100	507.628	507.628	635.511
TIISA	171.020	87,69	149.968	149.968	55.252
IT Sistemas	(25.039)	74,38	(18.623)	(18.623)	(18.204)
Adelfa	(192)	50	(96)	(96)	(70)
Total Investimentos	653.417		638.877	638.877	672.489

Parcela Investimentos
 Provisão sobre PL negativo de controladas

	657.596	657.596	690.763
	(18.719)	(18.719)	(18.274)

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/21	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/22		Investimentos permanentes em 31/12/22	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/21
		31/12/22	31/12/21		
CTSA	635.511	(130.019)	2.136	507.628	(2.782)
TIISA	55.252	94.716	-	149.968	23.540
IT Sistemas	(18.204)	(421)	-	(18.623)	(893)

(ii) Opção A de Amortização de Principal: após o pagamento estipulado no item (i) acima, os credores ME e EPP poderão optar pelo pagamento do eventual saldo dos créditos de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

Período após a Homologação	% do Saldo Devedor
2º Ano (12 parcelas)	12,50%
3º Ano (12 parcelas)	12,50%

(iii) Opção B de Amortização: seguirá a mesma regra da Classe III item (ii).

20. Contrato de Construção

A Empresa e controladas apuraram suas receitas, utilizando o método do percentual da margem de lucro global orçada para contratos de longo prazo a saber:
Em 2014, a CTSA firmou contrato para execução das obras de serviços de recuperação e manutenção, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das Rodovias BR-060, BR-153 e BR-262/DF/GO/IMG com a CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
O saldo remanescente de R\$49.437 em 31 de dezembro de 2021 registrado na rubrica "contratos de construção" no grupo do Passivo Não Circulante foi baixado em contra-partida ao resultado do exercício, em razão da descontinuidade do empreendimento.

Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021
-	49.437
-	49.437

Empreendimento Duplicação Rodovias BR 060/153/262

21. Provisões para contingência (consolidado)

As Companhias subsidiárias estão envolvidas processos judiciais trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na judicial.
A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	Saldo 2021	Adições	Baixas	Saldo 2022
Provisões trabalhistas	20.592	6.710	(12.751)	14.551
Provisões tributárias	-	78	-	78
Provisões cíveis	13.221	3.660	-	16.881
	33.813	10.448	(12.751)	31.510

Em 31 de dezembro de 2022, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$43.041 (R\$26.912 em 31/12/2021).

O acionista não controlador da Companhia TISA – Banco Fibra S.A. – ajuizou uma Ação de Dissolução Parcial da Sociedade a qual obteve sentença favorável com procedência do pedido. Os Assessores Jurídicos e a Administração consideram sem risco provável de desembolso pela TISA neste momento, uma vez que, mesmo com a procedência do pedido, ainda haverá necessidade de fase de liquidação de sentença com a realização de perícia, não havendo, portanto, a necessidade de registro de provisões nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado de R\$43.357 está representado por 43.356.667 quotas idênticas de R\$1,00 cada.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A controladora Construtora Triunfo efetuou as revisões de vida útil dos ativos imobilizados e decidiu atribuir novo custo às propriedades e intangíveis na data-base da transição para adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 e 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$290.579, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, o ajuste de avaliação patrimonial é de R\$60.309 (R\$64.349 em 31/12/2020) líquido dos efeitos tributários.

c) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela da participante no investimento das investidas IT Sistemas Construtivos S.A. que são consolidadas integralmente pela Empresa. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

Em 2020 foi efetivada a saída do acionista minoritário, Banco Fibra S/A da controlada TISA Infraestrutura e Investimentos S.A. e suas ações recolhidas em tesouraria sem valor nominal, em cumprimento da sentença transitada e julgada na ação de dissolução parcial da sociedade.

23. Receita operacional líquida

Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Receita de prestação de serviços	253.148	220.124	-	-	-
Receita de consórcios	7.475	1.499	-	-	-
	260.623	221.623	-	-	-
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(14.776)	(18.748)	-	-	-
	245.847	202.875	-	-	-

24. Custo com serviços prestados

Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Materiais de construção	(48.870)	(43.989)	-	-	-
Mão de obra direta	(49.315)	(63.786)	-	-	-
Serviços de terceiros	(16.104)	(7.732)	-	-	-
Outros resultados operacionais	(92.464)	(96.199)	-	-	-
	(206.753)	(211.716)	-	-	-

25. Despesas gerais e administrativas

Controladora		31/12/2022		31/12/2021	
Gastos gerais	(516)	(548)	-	-	-
Pessoal	(1.034)	(1.728)	(14.279)	(9.588)	-
Serviços de terceiros	(3.367)	(1.639)	(14.738)	(13.759)	-
Tributos	(10)	(25)	(1.273)	(402)	-
Contingências	-	-	4.062	(4.221)	-
Outras receitas (despesas)	-	-	(18.461)	(1.651)	-
	(4.927)	(3.941)	(46.080)	(36.126)	-

26. Outras receitas e despesas operacionais

Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Ganho com venda de imobilizado	73	7.191	-	-	-
Perda com baixa/perda de imobilizado/intangível	(341)	(3.503)	-	-	-
Constituição de direitos creditórios (b)	(29.604)	92.371	-	-	-
Despesas de recuperação judicial haircut - bônus de adimplência (a)	4.697	(14.784)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.392)	7.665	-	-	-
Participações e contribuições	2.950	11.048	-	-	-
	(30.550)	99.067	-	-	-

(a) Reconhecimento do bônus de adimplência, conforme descrição na Nota Explicativa 19.
(b) Reconhecimento ação indenizatória protocolada junto a Companhia Energética Sinop S/A pelo atraso na liberação de licença de operação e outros valores.

27. Resultado financeiro líquido

Controladora		31/12/2022		31/12/2021	
Receita financeira	4	4	27	24	-
Rendimento de aplicação financeira	-	-	-	-	-
Juros recebidos	55	1	1.138	1.184	-
Outros juros e descontos obtidos	59	5	1.165	1.208	-

Despesa financeira	(36)	(56)	(1.459)	(2.861)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	-	(4.302)	(6.111)
Juros sobre tributos	-	-	(836)	(1.235)
Outros juros multas, atualizações e descontos concedidos	(54)	(86)	(5.241)	(2.908)
Outras despesas financeiras	-	(4)	(11.838)	(13.115)
	(90)	(146)	(10.673)	(11.907)

28. Imposto de renda e contribuição social
A Administração da Empresa periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.
Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro.

A Empresa está inserida no regime de tributação pelo lucro real. As despesas são efetivas dos respectivos impostos ajustados às adições e exclusões determinadas pela legislação, conforme reconciliação a seguir:
Reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social calculados a alíquotas efetivas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.713)	15.771	(94.499)	20.275
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(13.842)	5.362	(32.130)	6.894
Efeitos de (exclusões) adições	35.849	(19.853)	150.886	(49.749)
Imposto de renda e contribuição social líquido do exercício	-	-	(739)	(586)

	Consolidado	
	2022	2021
Adições/Exclusões:		
Prejuízo Fiscal 2021 Acumulado	193.915	-
Base Diferida de Anos Anteriores	7.888	-
Total de Adições/Exclusões	201.803	-
Alíquota Nominal - %	34%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Creditado ao Resultado do Exercício	66.613	-

29. Eventos Subsequentes

Em 10 de abril de 2023 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, de forma unânime, a venda de 12.025.412 (doze milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e doze) de ações ordinárias nominativas da Companhia TISA – Infraestrutura e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial pela Acionista controladora THC – Triunfo Holding de Construções Ltda – Em Recuperação Judicial, representando 7,51% (sete inteiros e cinquenta e um centésimos) por cento da Participação Acionária da Companhia, pelo valor nominal de R\$ 1,01 (um real e um centavo), totalizando R\$ 12.200.306,89 (doze milhões, duzentos mil, trezentos e seis reais e oitenta e nove centavos) do Capital Social, adquirido pela ADELFA Gestão de Recebíveis S.A., CNPJ nº 18.686.280/0001-07, NIRE nº 41.300.284.941.
Foi também aprovado depósito em tesouraria de 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, correspondente a R\$ 20.290.875,50 (vinte milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e setenta e cinco reais com cinquenta centavos) em razão da decisão proferida nos autos de nº 1069283-94.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, dada a impossibilidade de recurso com efeito suspensivo, ações que serão objeto de Reembolso (art. 45 e seguintes, da Lei 6.404/1976) relativo ao acionista dissidente a ser apurado em liquidação de Apropriação de Haveres. Em 20 de Abril de 2023, TISA Infraestrutura e Investimentos S.A. (TISA), TCE Engenharia LTDA (TCE) e China Railway N 10 Engineering (CREC10BR), constituíram, em conjunto, o Consórcio TRC 10, que foi contratado pela Bahia Ferrovia S/A. (BAFER) para a prestação de serviços de construção e obras de infraestrutura e superestrutura ferroviária do Lote 1F, entre os municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Itagibá, Aurelino Leal e Aiquara, no Estado da Bahia. O prazo para a execução do contrato é de 975 dias, divididos por duas ordens de serviços estimando um valor total de R\$ 1.107 bilhões.
**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Administradoras e Cotistas da THC – Triunfo Holding de Construções Ltda. – em Recuperação Judicial Curitiba - PR

Objetivo
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da THC - Triunfo Holding de Construções Ltda. – em Recuperação Judicial ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da THC - Triunfo Holding de Construções Ltda. – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva
Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7(i), durante o exercício as controladas Construtora Triunfo S.A. – em Recuperação Judicial (CTSA) e TISA – Triunfo Infraestrutura e Investimentos S.A. – em Recuperação Judicial (TISA) registraram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social existentes em 31 de dezembro de 2021, cujo saldo totaliza R\$ 0 (R\$ 65.931 mil no consolidado) em 31 de dezembro de 2022. A Administração efetuou o registro considerando a possibilidade de utilizar os referidos créditos para a liquidação de dívidas tributárias no âmbito da Portaria PGFN nº 6.757/22 cuja realização é dependente do deferimento do acordo para utilização desses créditos por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, não provendo até a data de emissão deste relatório, portanto, não foi possível determinar a necessidade ou não de registro de provisão para impairment sobre os referidos montantes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases
Valores a receber junto aos órgãos públicos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.1., as controladas CTSA e TISA possuem créditos/valores a receber no ativo circulante e não circulante oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos, no montante de R\$ 598.160 mil. A Administração da Empresa e suas controladas, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e com relação à expectativa de recebimento.

Continuidade das operações
Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.2 e 19, com o deferimento do pedido de recuperação judicial em junho de 2019, a Empresa desenvolveu seu plano de reestruturação com o objetivo de dar continuidade aos negócios e honrar os compromissos homologados, assumidos junto aos credores. O sucesso no resultado da reestruturação em andamento e continuidade dos negócios da Empresa e suas controladas é dependente da geração de caixa das operações de suas subsidiárias, da captação de recursos de terceiros e/ou dos sócios e da venda de ativos, juntos em montante suficiente para pagamento de dívidas e manutenção do funcionamento dos negócios. Em adição, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a controlada IT Sistemas paralisou suas atividades em 2016. A Administração da Empresa está em andamento com estudos para decidir sobre a venda ou permanência nesse investimento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas e despesas associadas aos contratos de construção
Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 2.5.4.

As controladas CTSA e TISA utilizam o método do percentual da margem de lucro global orçada, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas aos contratos de construção de longo prazo. Devido à relevância dos custos/valores envolvidos e o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas no cálculo do percentual de conclusão da obra, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto
Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implantados pela Empresa com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada contrato de construção ou projetos foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas e conferência da rentabilidade, estimativas de custos a incorrer e acompanhamento do estágio de execução percentual do projeto.
Além disso, inspecionamos os orçamentos e obtivemos o entendimento sobre os aspectos desses contratos com a administração, avaliando as premissas adotadas como custos estimados, incorridos, receitas estimadas, margens, comparando essas informações com informações históricas. Efetuamos o recálculo da receita de contratos, por amostragem, reconhecida de acordo com o estágio percentual de conclusão da obra, bem como avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos contratos de construção de longo prazo.
Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas derivadas de contratos de construção ou projetos foram apropriadamente aplicadas e que as evidências obtidas parecem suficientes para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado
Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 4 a.
As controladas realizam anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022, totalizava o montante de R\$ 225.085 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de estimativa crescimento e da rentabilidade dos negócios para os anos futuros.

Resposta da auditoria ao assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Empresa para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa.
Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ativo imobilizado preparado pela administração da Empresa, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável do ativo imobilizado preparada pela Empresa, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais
Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 4 e.
A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos e podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações. Devido à complexidade e o julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos controles internos relacionados às provisões e passivos contingentes e avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgadas, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados, avaliação da metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda as informações e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Empresa, bem como dados e as informações históricas.
Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas, os saldos registrados e as divulgações feitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da

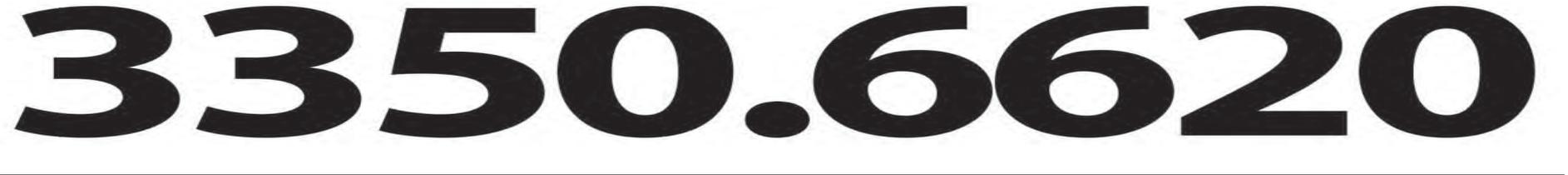
capacidade da Empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Formecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício corrente e, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 03 de agosto de 2023

UPWARDS Auditores Independentes S.S.
CRC SP 032599/O-1
Luciano Neis
Leandro Bazilio Couceiro
Contador CRC PA-007729/O-8 T-SP
Contador CRC SP-290220/O-6



Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>



Sistema Fiep

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2.1356/2023
ENTIDADE: SESI-PR
OBJETO: REMOÇÃO E DESCARTE DA GRAMA SINTÉTICA EXISTENTE E FORNECIMENTO COM APLICAÇÃO DE NOVO GRAMADO NA QUADRA ESPORTIVA DO COLÉGIO SESI DO BAIRRO PORTÃO
DATA DE ABERTURA: 11 de janeiro de 2024, às 9:30 horas
LINK PARA ACESSO: <https://portaldecompras.sistemafiep.org.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2023

Objeto: Locação de veículos automotores para a Guarda Municipal, do tipo menor preço unitário por Lote.
Data: 17 de janeiro de 2024 / Horário: 09h00min.
Plataforma ComprasNet
<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>
O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:
<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padro/1/load/1>
Telêmaco Borba, 21 de dezembro de 2023.
Gabriel Marcondes Pukanski
Pregoeiro

Fomento Paraná **PARANÁ**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.
CNPJ/MF Nº 03.584.906/0001-99 - NIRE 41300017808
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

EXTRATOS ATA DA 106ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EXTRATO nos termos do par. 3º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Data, hora, local e quórum de instalação: 09.11.2023 às 14h00, na sede social e em número legal. Mesa: Presidente: Heroldo Alves das Neves. Secretário: Caio Cesar Zerbato. Deliberação: 1) Pagamento da parcela do Juros sobre o Capital Próprio de 2022, destinada ao acionista majoritário Estado do Paraná, **CONFORME ESTABELECE O ART. 27, INCISO XVI DO ESTATUTO SOCIAL, NO VALOR DE R\$ 4.987.424,73. NO QUE COMPETE À PARCELA DO JCP (MÍNIMO OBRIGATÓRIO) A SER EFETIVAMENTE PAGA AO ACIONISTA ESTADO DO PARANÁ, DELIBERAR-SE QUE O MESMO SEJA APORTADO, EM MOMENTO OPORTUNO, CONFORME ADEQUAÇÃO REQUERIDA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, PARA FINS DE CAPITALIZAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ, NOS TERMOS DO ESTABELECIDO NO ART. 16, INCISO I E ART. 17 INCISO I, DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA INSTITUIÇÃO (PI. 13); 2) aprovar o aumento do capital social de R\$ 1.843.073.000,00 para R\$ 1.976.121.000,00, com a emissão de 133.048 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 3) homologado o aumento do Capital Social. Permanecem inalterados e em pleno vigor todos os demais artigos do Estatuto Social. Quorum da Deliberação: unanimidade dos presentes. Formalidades Legais: ata lavrada, assinada, homologada pelo Banco Central do Brasil e arquivada na Junta Comercial do Paraná em 28/12/2023, sob o nº 20239053281.**

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERRELO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 - Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista - São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ITAÚ UNIBANCO S/A, doravante designado VENDEDOR, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Seixão, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiado com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças com Força de Escritura Pública nº 10157305500, datado de 09/04/2021, no qual figura como fiduciante Leonardo Monteiro e Silva Lemos, brasileiro divorciado, vendedor, portador da C.I. nº 23.794.309-5/SP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 218.077.438-96, residente e domiciliado em Curitiba - PR, levará a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 08 de janeiro de 2024, às 15h00, endereço leiloeiro, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 586.434,53 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pela Residência nº 01, do Condomínio Residencial Bellagio, situado à Rua Francisco Matekze, nº 224, esquina com a Rua Jornalista Clemente Comandulski, nº 398, Curitiba/PR, com frente para a referida Rua Francisco Matekze, sendo a primeira unidade contida da esquerda para a direita, de quem dessa rua o lote 04, com uma área total de 20,00m², com área total de 980,00m², confrontando-se do lado direito de quem da rua o lote 04, com a Rua K, com a qual faz esquina, do lado esquerdo confronta com o lote 04, e na linha de fundos confronta com o lote 06. O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula 153.914 do 8º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR. O(s) - Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, correrá por conta do adquirente; Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o 2º leilão de 19 de janeiro de 2024, às 15h00, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 531.114,04 (quinhentos e trinta e um mil, cento e quatorze reais e quatro centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º e 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br respeitando o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciário, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITAR-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e o estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciário, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciário, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. As demais condições deverão obedecer ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR, nos autos de falência nº 0000712-60.2001.8.16.0025, venderá os bens da Massa Falida Higie Bras Ind. Com. Ltda, em 1º leilão no dia 11/01/2024, às 11:00h, e, 2º leilão no dia 18/01/2024, às 11:00h. A venda será efetuada em primeira praça pelo valor da avaliação, à vista, devendo o valor ser depositado imediatamente em conta judicial vinculada ao Juízo ou deverá ser depositado o sinal de 20% em conta judicial vinculada ao Juízo e o restante deverá ser satisfeito no prazo de três dias. Também será oportunizada a venda parcelada com depósito à vista de 20% e o saldo em até 12 parcelas iguais, consecutivas e atualizadas (INPC). Em segunda praça, a venda será realizada por 50% da avaliação, cujo valor deverá ser depositado imediatamente em conta judicial vinculada ao Juízo ou deverá ser depositado sinal de 20% e o restante completado no prazo de três dias. Também será oportunizada a venda em parcelas na segunda praça com depósito à vista de 20% e o saldo em até 06 parcelas iguais, consecutivas e atualizadas (INPC). Toda proposta que não se adequa ao antes delimitado, será rejeitada. Comissão: 5% sobre a arrematação. Leilão eletrônico através do site <https://topoleiloes.com.br> Os bens serão vendidos livres e desembarçados de ônus, inclusive, os de natureza fiscal e os de natureza *propter rem*. Leiloeiro: Guilherme Toporoski (Jucepar 12/049-L), sito na Rua Mal. Hermes 1413, Curitiba/PR, fone 41 3599-0110. Ficom os réus e/ou seus representantes legais, bem como os corresponsáveis, cônjuges, coproprietários, herdeiros e/ou sucessores e os credores concorrentes, por meio da publicação deste, devidamente intimados, caso não o sejam por outro meio legal. **LOTE:** Fração ideal de 50% (cinquenta por cento) pertencente à Higie Bras Indústria e Comércio Ltda, conforme proposta de divisão constante no mov. 1496.1/1496.2, do imóvel registrado sob a Matrícula nº 27.342, do Registro de Imóveis de Araucária/PR, cuja área total assim se descreve: Terreno Urbano Gleba A-3, com área de 21.872,58m², situado Thomaz Coelho, Araucária/PR, confrontando-se de frente com Avenida das Araucárias. **BENFEITÓRIAS:** a) Construção em alvenaria de 582,45m²; b) Galpão industrial de 150,00m²; c) Galpão industrial de 200,00m². Indicação Fiscal nº 02.02.00.031.0045.01. Matrícula nº 27.342, do CRI Araucária/PR. **LOCALIZAÇÃO:** PR-421 nº 225, Bairro Barigui, em Araucária/PR. **AValiação:** R\$1.880.000,00. A íntegra deste edital está publicada no site <https://topoleiloes.com.br>

BARI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª (Sexagésima Sexta) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficom convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª (Sexagésima Sexta) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 7.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 66ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 21 de dezembro de 2018 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 22 de janeiro de 2024, às 11:00 horas, e em segunda convocação no dia 30 de janeiro de 2024, às 11:00 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social de setembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora, acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"; (ii) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os respectivos documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo para o seguinte endereço eletrônico: pos-emissao@barisecurizadora.com.br com cópia para agentefiduciario@vortex.com.br e fsp@vortex.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto aos titulares de CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024
Bari Securitizadora S.A.

Sescap PR

UNIDADE DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DO PARANÁ - SESCAP-PR, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** seus associados, quitos com as suas obrigações sindicais, em condições de votar e de serem votados, para participar da Assembleia Geral Ordinária que tem como objetivo eleger os membros efetivos e suplentes que comporão a sua DIRETORIA EXECUTIVA, o CONSELHO FISCAL e seus DELEGADOS REPRESENTANTES, para a gestão com início em 01 de abril de 2024 e término em 31 de março de 2026, a ser realizada no dia 22 de fevereiro de 2024, das 9h30 às 17h00, ininterruptamente, na sede deste sindicato, situada na Rua Marechal Deodoro, 500, 9º andar, sala Instituto SESCAP-PR, Centro, Curitiba/PR, e nos seus Escritórios Regionais, nos endereços abaixo indicados. **PRAZO PARA REGISTRO DE CHAPAS:** Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação do presente edital, para registro de chapas. O requerimento, acompanhado dos documentos exigidos para registro deverá ser destinado ao Presidente da Comissão Eleitoral, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos integrantes da chapa. **ENTREGA DE CHAPA:** A documentação referente ao processo de registro de chapa poderá ser enviada pelo link <https://sescap-pr.org.br/ficha-de-qualificacao> e, a partir do dia 08 de janeiro de 2024, também, poderá ser entregue na Secretaria da entidade das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, no endereço da sede, acima citado. **IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS:** A impugnação de candidaturas deverá ser feita até o 5º (quinto) dia após a publicação da relação das chapas registradas, observadas as causas previstas no Estatuto e no Regulamento Eleitoral do SESCAP-PR. Havendo empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição, em segunda convocação, dentro de 10 (dez) dias após a realização da primeira assembleia.

ENDEREÇOS DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SESCAP-PR PARA VOTAÇÃO:
Cascavel: Rua Salgado Filho, 1882, 2º andar, Centro, CASCATEL/PR, Fone: (45) 3224-6350.
Maringá: Av. Carneiro Leão, 135, sala 80, Edifício Europa, Centro, MARINGÁ/PR, Fone: (44) 3026-1608.
Pato Branco: Rua Tapajós, 435, conj. 05, Centro, PATO BRANCO/PR, Fone: (46) 3225-0992.
Toledo: Rua Santos Dumont, 3770, Centro, TOLEDO/PR, Fone: (45) 3054-5600.
Curitiba, 03 de janeiro de 2024.

Michel Vítor Alves Lopes
Presidente

BARI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª (Nonaagésima Oitava) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficom convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª (Nonaagésima Oitava) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 98ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 18 de novembro de 2021 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 22 de janeiro de 2024, às 16:00 horas, e em segunda convocação em 30 de janeiro de 2024, às 16:00 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social de setembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora, acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"; (ii) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia os respectivos documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo para o seguinte endereço eletrônico: pos-emissao@barisecurizadora.com.br com cópia para agentefiduciario@vortex.com.br e fsp@vortex.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto aos titulares de CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024
Bari Securitizadora S.A.

BEM PARANÁ

Quase metade dos cultivos diz o Ministério da Saúde

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR

Informação vai bem.

bemparana.com.br

BEM PARANÁ

Quase metade dos cultivos diz o Ministério da Saúde

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR